



COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

ATA NÚMERO 247/XII/4.ª SL

Aos dezanove dias do mês de fevereiro de 2015, pelas 14:30 horas, reuniu a Comissão de Segurança Social e Trabalho, na sala n.º 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 245;
2. Apreciação e votação do relatório apresentado pela Senhora Deputada Clara Marques Mendes no âmbito da Resolução n.º 87/2014, de 29 de outubro, "Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade";
3. Escrutínio da seguinte proposta de ato legislativo para efeitos de análise da conformidade com o princípio da subsidiariedade: COM(2015)46 - Proposta que altera o Regulamento (UE) n.º 1304/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao Fundo Social Europeu, no que respeita ao aumento do pré-financiamento inicial pago a programas operacionais apoiados ao abrigo da Iniciativa para o Emprego dos Jovens (a remeter à CAE até ao dia 9 de março);
Deputado relator: GP do PSD;
4. Fixação da redação final do diploma que procede à *Sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 96/89, de 28 de março, regulando a proteção social dos tripulantes dos navios registados no Registo Internacional da Madeira* [Proposta de Lei n.º 255/XII (GOV)];
5. Outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado José Manuel Canavarro (PSD), que presidiu à reunião, iniciou os trabalhos, pondo em apreciação a ata n.º 245, referente à reunião 11 de fevereiro, a qual, submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

No ponto seguinte da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) procedeu à apresentação do relatório no âmbito da Resolução n.º 87/2014, de 29 de

outubro de 2014 - "Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade."

Interveio o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) para apontar algumas críticas ao relatório apresentado: considerou-o bastante extenso na parte inicial mas parco na parte relativa às audições; a respeito das conclusões, salientou a existência de uma contradição insanável com o que foi dito nas audições e o facto de ser omissivo sobre questões remuneratórias e sobre a precariedade.

Informou que o voto do GP do PCP é contra e que fará entrega de uma declaração de voto de 11 págs. justificando a posição tomada.

Também a Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) disse que o voto do GP do BE é contra designadamente por considerar insuficientes as orientações estratégicas propostas. Prosseguiu dizendo que, em sua opinião, é consensual que existe um problema de natalidade e que, mais do que aperfeiçoamentos legislativos, importa que sejam adotadas políticas de incentivo, que são dispendiosas. Assinalou que a medida 8. *"Promover a aplicação dos vales sociais, alterando algumas regras, para que parte do vencimento possa ser paga através de um ticket família (despesas com menores e idosos a cargo)"* com a qual discorda, constitui uma fuga ao fisco.

A Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS) procedeu a uma análise das conclusões propostas para, desde logo, assinalar que há imprecisões nos três subpontos do ponto 1.; que o ponto 4., por ser extremamente vago, deveria ser melhor explicitado e que, apesar da proposta contida no ponto 9. foi o atual Governo que acabou com este tipo de estruturas (alto comissariado da família).

Congratulou-se por estarem vertidas algumas das propostas apresentada pela ex-Presidente da CITE, que, estranhamente, em sua opinião, não foi reconduzida. Disse estranhar que não tenha sido feita qualquer referência ao abono de família nem a questões relacionadas com apoios sociais e anunciou que o GP do PS vota contra e que vai fazer entrega de declaração de voto tão breve quanto possível.

O Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) disse que também estranha algumas das críticas feitas pelos Grupos Parlamentares da oposição na medida em que o relatório faz recomendações de política geral ao Governo, pelo que não é nem podia ser uma enumeração exaustiva de políticas. A respeito do ponto 2. propôs "reforçar" em vez de "continuar" e a respeito do ponto 9. lembrou que, apesar de não ser a primeira escolha do CDS-PP, aceitava o compromisso. Propôs a inserção de um novo ponto que traduzisse o reforço das prestações sociais de apoio à família e à natalidade na medida em que as condições orçamentais do país o permitirem.

A Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) começou por lamentar que não tivesse havido flexibilidade para se chegar a um consenso. A respeito de algumas das alterações propostas, disse que, por concordar com algumas, iria alterá-las em conformidade. Finalmente, sublinhou que, em relação às medidas propostas, não foi dito por nenhuma bancada que as mesmas não aprofundam a proteção das crianças, das famílias e a promoção da natalidade.

Submetido à votação, foi o relatório aprovado, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e votos contra do PS, do PCP e do BE.

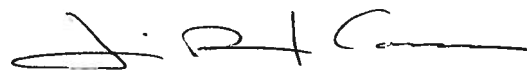
No terceiro ponto da Ordem do Dia, foi deliberado proceder ao escrutínio da COM(2015)46. O respetivo relator será indicado em posteriormente.

No ponto seguinte da Ordem do Dia, foi aprovada, por unanimidade, a redação final do diploma que procede à *Sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 96/89, de 28 de março, regulando a proteção social dos tripulantes dos navios registados no Registo Internacional da Madeira* [Proposta de Lei n.º 255/XII (GOV)], tendo sido aceites as sugestões de melhoria de redação constantes da Informação n.º 5/DAPLEN/2015, de 16 de fevereiro.

Em outros assuntos, o Senhor Presidente informou que a audição regimental do Senhor Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social do próximo dia 24 de fevereiro ficava adiada, a pedido do Senhor Ministro, para 18 de março, e que a próxima reunião iria ser agendada, excecionalmente, para dia 26 de fevereiro, quinta-feira, pelas 14 horas.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelas quinze horas e trinta minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

O Presidente,



(José Manuel Canavarro)

Palácio de São Bento, 26 de fevereiro de 2015.

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

Reunião de 19 de fevereiro de 2015

Folha de Presenças

(Ata n.º 247/XII/ 4.ª SL)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Arménio Santos
Artur Rêgo
Catarina Marcelino
Clara Marques Mendes
Idália Salvador Serrão
João Figueiredo
João Paulo Pedrosa
Jorge Machado
José Manuel Canavarro
Maria das Mercês Borges
Mariana Aiveca
Miguel Laranjeiro
Nuno Sá
Pedro Roque
Sónia Fertuzinhos
Teresa Costa Santos
David Costa

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Andreia Neto
Inês Teotónio Pereira
Joana Barata Lopes
Mário Ruivo